

## CONGRESSO

# Esforço concentrado contra STF

Sessões pouco avançaram em matérias como a reforma tributária, mas foram pródigas para acelerar projetos de retaliação à Corte

» EVANDRO ÉBOLI

Os três dias do chamado esforço concentrado na Câmara, nesta semana, avançou pouco em projetos e matérias de maior relevância para o país, como reforma tributária e a moralização do pagamento de emendas parlamentares. Foram dias pródigos, porém, para uma outra pauta, como avanço de projetos de retaliação ao Supremo Tribunal Federal (STF). Somente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) tramitaram cinco projetos que afrontam os poderes da Corte.

Uma dessas propostas, aprovada na comissão e que vai direto para ser apreciada no Senado, alveja em cheio a atuação dos ministros. Pelo texto, os integrantes do STF não poderão mais julgar ações de inconstitucionalidade por omissão, que são muito utilizadas e que permite ao tribunal declarar que o Congresso deixou de agir quando o deveria ter feito em determinado assunto.

Esse tipo de ação foi usada em casos que o STF, por exemplo, inseriu a homofobia na lei dos crimes do racismo até o Congresso decidir votar um projeto que trate do tema.

Como as outras avaliadas pela CCJ nesses dias, é uma proposta de inspiração bolsionista. A autora, a deputada Chris Tonietto (PL-RJ), argumenta que seu projeto visa corrigir o que entende ser os erros dos Supremo.

Tonietto diz haver ministros que fazem interpretações do texto constitucional enviesadas. “Muitas vezes, o agigantamento de um poder sobre o outro, talvez até asfixiando e sufocando matérias afetas ao Legislativo”, afirmou a parlamentar fluminense.

Na véspera, na terça, a CCJ avançou com quatro outras propostas — duas emendas constitucionais e dois projetos

Mario Agra / Câmara dos Deputados



O esperado avanço em projetos de maior relevância para o país, como reforma tributária e moralização do pagamento de emendas, não se concretizou

de lei — que também afetam os poderes do STF.

Todas essas investidas foram motivadas pela indisposição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com o STF, pontualmente contra o ministro Flávio Dino, relator das medidas que exigem transparência na execução das emendas parlamentares. No dia que o plenário do tribunal referendou as determinações do magistrado, Lira destravou duas dessas ações.

A reação de Lira à Corte abriu espaço para a CCJ pautar esses projetos. Nos dois dias, terça e quarta, foram mais de seis horas de debate e votação de matérias

de retaliação ao tribunal. A tramitação não se encerrou no colegiado ainda, mas ficou claro que os governistas, que atuam na defesa dos ministros do Supremo, não têm voto para conter o ímpeto bolsionista contra o STF.

Essas quatro propostas atacam os poderes dos ministros em várias frentes: imputa crime de responsabilidade a juiz do STF que “usurpar” a competência do Congresso, autoriza que um pedido de impeachment contra algum integrante do STF seja apreciado pelo plenário do Senado mesmo que o presidente da Casa archive o caso, restringe decisões monocráticas, e autoriza o Congresso a desfazer

decisão do Supremo caso os parlamentares entendam que a determinação afetou a autonomia das duas Casas em legislar e afetou decisões dos presidentes da República, do Senado e da Câmara.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), marcou sessão do Congresso, para anteontem, na qual seria discutido e votado projeto do acordo entre o Legislativo e o Palácio do Planalto tratando da regulação das emendas parlamentares. Sem acordo, essa sessão nem aconteceu, num Congresso vazio, já que Lira, no caso da Câmara, autorizou todos os deputados a marcarem presença e a

## Encontro no STF

Estavam na reunião o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso; o ministro Flávio Dino; o ministro da Casa Civil, Rui Costa; e o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias. As emendas continuam suspensas por decisão liminar de Dino, confirmada por unanimidade pelo plenário da Corte. A decisão será reavaliada após Congresso e governo regulamentarem novas regras.

## » Haddad defende reforma tributária

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, repetiu que a reforma tributária não criará um aumento de carga e disse que, agora, a disputa sobre o texto representa uma queda de braço entre setores no Congresso. Ele defendeu que haja o mínimo possível de exceções criadas. “Se um setor está sendo mais ‘ligeiro’ no Congresso, a posição da Fazenda é que toda e qualquer exceção é ruim para a reforma”, frisou, em um evento organizado pela Associação Brasileira de Franchising, em São Paulo. “Quando você não tem exceção, vai ter uma alíquota de 22%, 21%, numa situação muito confortável.” Ele afirmou que a reforma criará efetivamente um imposto único — já que, embora o IVA seja dual, ele seja efetivamente um só para quem paga —, com a chance de criar um sistema tributário digital, que facilitaria o combate à sonegação.

votarem de suas bases eleitorais, sem necessidade de comparecer a Brasília.

Com o impasse, ministros do governo Lula foram bater às portas do STF e pediram mais 10 dias para definirem essas regras. **Eles foram atendidos.** O prazo inicial de 10 dias, concedido por Dino a partir do acordo celebrado entre os Três Poderes no último dia 20, expira hoje.

Importante nesta semana, se ressalve, foi a aprovação da perda do mandato do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), no Conselho de Ética. O caso ainda precisa ser votado pelo plenário da Câmara.

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS

### Debate com regras para enquadrar Pablo Marçal

» VINICIUS DORIA

Os candidatos à prefeitura de São Paulo voltarão a se encontrar amanhã, em mais um debate eleitoral, depois de muita polêmica sobre o comportamento do postulante do PRTB, o empresário, influenciador digital e coach Pablo Marçal, que desponta como um dos favoritos ao pleito de outubro. Os coordenadores das campanhas acertaram regras para serem seguidas por todos no encontro promovido pela TV Gazeta e pelo canal My News, como a proibição de exibir documentos e objetos. Os debatedores também não poderão se levantar de suas cadeiras.

Os candidatos do PSol, Guilherme Boulos; do MDB, o prefeito Ricardo Nunes; e do PSDB, o apresentador José Luiz Datena, ameaçaram não participar mais de debates com a presença de Marçal sem o compromisso da equipe do coach de que ele seguirá regras de bom comportamento.

O próprio Marçal levantou a possibilidade de também não participar de debates, mas foi desafiado pela candidata do PSB, Tabata Amaral, a não fugir dos encontros. No fim do primeiro debate desta campanha, na TV Band, semana passada, Marçal, sem apresentar provas, acusou Boulos de ser usuário de cocaína.

Depois, repetiu a acusação em suas redes sociais e, por essa publicação, foi multado em R\$ 30 mil, pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

RS via Fotos Públicas



Adversários ameaçaram não irem mais a debates com a presença de Marçal ante o comportamento dele

Na decisão, assinada na quarta-feira, o juiz Rodrigo Marzola Colombini, da 2ª Zona Eleitoral, entendeu que Marçal usou as redes sociais para espalhar propaganda eleitoral negativa e inverídica contra o adversário político. Colombini ressaltou que a liberdade de expressão é assegurada pela Constituição, mas não é um direito absoluto e se limita ao “campo da crítica de índole política”.

Segundo o magistrado, “mensagens com conteúdo dessa natureza devem ser desestimuladas, pois reduzem o debate político à violência verbal, em vez de incentivar um ambiente saudável de discussão baseada em fatos e propostas construtivas para a sociedade”.

## Ações

Visto inicialmente como um azarão, Marçal já está empatado

tecnicamente com Boulos e Nunes, segundo as pesquisas de intenção de votos divulgadas nesta semana. Com um comportamento que vem desnoando os marqueteiros dos adversários, o influenciador virou o principal alvo da disputa. A multa imposta pelo TRE-SP é só uma consequência dos muitos processos a que ele responde no Judiciário. Só na Justiça Eleitoral, são 22 ações em curso.

Ele também é investigado pela Polícia Federal por lavagem de dinheiro e pela Polícia Civil por tentativa de homicídio, referente à excursão que fez ao Pico dos Marins (na divisa entre São Paulo e Minas Gerais) com um grupo de 32 pessoas. Apesar dos alertas de mau tempo, levou seguidores para a montanha, de 2,4 mil metros. Todos tiveram que ser resgatados pelo Corpo de Bombeiros.

Para continuar na disputa das

eleições municipais deste ano, Marçal ainda terá que explicar à Justiça os métodos de remuneração de seguidores que multiplicam suas postagens de caráter político. A prática é considerada ilegal, ainda mais porque o influenciador utiliza, segundo denúncia apresentada ao TRE-SP, recursos financeiros, materiais e humanos de suas empresas. A acusação de abuso do poder econômico foi apresentada pela coligação de Tabata Amaral.

Também há um processo movido por Aldineia Fidelix, viúva do ex-presidente do PRTB Levy Fidelix, que acusa o atual presidente, Leonardo Avalanche, de descumprir um acordo de divisão de comando da agremiação, após a morte de Levy. O processo, em que Marçal é citado, pode levar ao cancelamento da decisão do PRTB de acolher o coach e lançá-lo na disputa municipal.

## GOVERNO

### Planalto quer manter Paulo Pimenta no RS

» HENRIQUE LESSA

Com o fim da validade da medida provisória (MP) que criou o Ministério da Reconstrução do Rio Grande do Sul, em 11 de setembro, a bancada governista no Congresso articula a aprovação do texto durante a semana de esforço concentrado, de 9 a 12 de setembro.

Para o deputado Elvino Bohn Gass (PT-RS), é fundamental a manutenção da estrutura na ajuda ao estado. Ele disse que conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

“A aprovação da MP precisa ter uma votação facilitada no dia 9, pois, depois de passar na Câmara, precisa ir ao Senado e ser sancionada. Essa é a conversa que está sendo feita com o Lira, essa é a negociação que está sendo feita em Brasília. Eu trabalho para criar um ambiente de aprovação, dada a importância da ajuda ao Rio Grande do Sul”, afirmou, ao Correio, o parlamentar.

Apesar do otimismo, interlocutores do Palácio do Planalto e do Parlamento apontam que a medida deve sofrer resistência. “Tem vários entraves no caminho: a questão das emendas, os destaques na reforma tributária. Se a oposição ao (ministro Paulo) Pimenta for mais forte, talvez a escolha pragmática seja colocar tudo em uma secretaria para coordenar as ações e abrir espaço para outros temas que estão na pauta, como as queimadas e a seca na Amazônia, que também são emergências, apesar de menores”, disse, reservadamente, uma fonte palaciana, em referência a Pimenta, que comanda o Ministério da Reconstrução.

A postura pragmática, com o encerramento da pasta, pode fazer parte de uma trégua, que teria sido acordada, no último dia 21, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, em Brasília, o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB) — crítico às ações do governo federal e à escolha do gaúcho Paulo Pimenta para a pasta.

## Entregas

O governo tem defendido as medidas e apontado os investimentos na reconstrução, com mais de R\$ 3 bilhões em diversas ações de ministérios, o pagamento de auxílio para 367 mil famílias e mais de R\$ 1 bilhão na reconstrução de rodovias.

Mas na infraestrutura, o governo central ainda é cobrado pela reabertura do Aeroporto Salgado Filho, que só deve ser retomado em 21 de outubro, e de trechos do serviço de trens urbanos, que deve reabrir mais estações em 20 de setembro.

Apesar dos números, prefeitos têm questionado a dificuldade para acessar os recursos federais. Mas o prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi (PT), disse que isso acontece por motivação eleitoral e lembrou que a sua cidade teve a ajuda da União.

“Se não fosse o governo federal bancar a limpeza das cidades, ainda estaríamos afundados no lixo. Estão fazendo um debate eleitoral, não pensam na reconstrução. Só o auxílio pago pela União ajudou, só na minha cidade, 48 mil famílias, mais de R\$ 220 milhões circulando. Isso fez o nosso ISS (Imposto Sobre Serviços) crescer mais de 15%”, enfatizou.